

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

Objecto de estudo

Esta comunicação tem como fundamento o seminário de investigação de conclusão da licenciatura em Sociologia, na Universidade do Minho, em 2006. O objecto desta investigação foi a Urbanização da Bouça que se localiza no centro do Porto, à Praça da República, entre a Rua da Boavista, a estação de metro da Lapa e a Rua das Águas Férreas; próxima à zona da Bouça, uma zona com grande concentração de *Ilhas*.

O principal objectivo deste estudo de caso foi analisar a evolução histórica do tecido social que constituiu aquela comunidade. Nesse processo, o acontecimento inicial foi a utilização do projecto arquitectónico de Siza Vieira na iniciativa da Associação de Moradores da Bouça - AMB, integrada no Serviço de Apoio Ambulatório Local, em 1975, sendo que, apenas em 2006, se dá a concretização da obra.

A investigação focou essencialmente duas grandes dimensões da realidade em análise: as dinâmicas intragrupais, reveladoras das formas de constituição e de auto-representação do grupo, e, a mudança do quadro institucional, condicionante estrutural de modos de agir.

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

Problemática

Este estudo tem como base de sustentação teórica a conceptualização de Bourdieu e a visão de Flamand quanto ao campo social da habitação, a análise de Santos relativamente ao período histórico que deu forma ao processo revolucionário no nosso país, e a investigação histórica de Rodrigues sobre o Movimento de Moradores no Porto.

A origem do grave problema urbano resultante do desfasamento entre o número de habitações disponíveis e o crescente número de habitantes remonta à época da revolução industrial (finais séc. XIX, inícios séc. XX), marcada por um grande crescimento demográfico, aliado ao nascimento de centros urbanos, mormente com áreas diminutas, onde as populações, outrora maioritariamente rurais, se vão fixar.

O fabrico de habitações, surgindo como um lucro seguro, começa automaticamente a industrializar-se, seguindo a lógica capitalista que viria a tornar-se pano de fundo de todos os sectores sociais. As condicionantes da posse de propriedade urbana, como os processos privados de construção e a lentidão da construção em massa, têm um papel importante na complexidade de resolução deste problema. A questão central é a posse dos terrenos, é o facto de grande maioria dos cidadãos não possuir os terrenos onde habita que causa a sua vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, a especulação em torno do valor dos terrenos proporcionava negócios tanto mais lucrativos quanto maior fosse a procura de habitação. A propriedade privada, raiz do sistema capitalista moderno, foi assim um entrave à resolução de um problema de classe.

Desde que esboçamos a sua noção, a propriedade tem-se assumido como um elemento de distinção social, gerador de relações de poder. Em particular, a *casa própria*, tornou-se um importante símbolo de ascensão social, que contribuindo para o crescimento e proliferação do sector da construção civil, garantiu o domínio ideológico do liberalismo económico neste campo, que muito alimentou o sistema capitalista em ascensão. O acesso à propriedade privada de habitação é fomentado

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

pelos Estados, um pouco por toda parte. Garantir ou, pelo menos, possibilitar às classes trabalhadoras a propriedade das casas que habitariam foi uma forma de lhes dar *algo a perder*, travando a sua acção potencialmente revolucionária ao fragmentar a consciência de classe. Para tal, muito concorreu o incentivo ao desenvolvimento de uma consciência individualista, porque a propriedade privada atribui-se ao indivíduo e é com este que o Estado-Nação capitalista deseja manter o equilíbrio, que não pode manter com os sujeitos sociais colectivos vigentes na época da sua ascensão (fins séc. XIX, inícios XX).)

Eliseu Figueira aponta a sociedade de classes como causa da crise de habitação e distingue como classe mais afectada a classe operária, seguida da pequena burguesia. Para este autor a habitação foi um terreno onde a luta de classes “*se fez sentir com intensidade*” (FIGUEIRA, 1977:28). A problemática em torno deste bem de primeira necessidade constitui um produto necessário ao sistema capitalista, cujo modo de produção baseado na lógica do lucro favorece a precarização do alojamento, nomeadamente no que respeita à qualidade dos materiais utilizados e ao rigor das construções.

O Movimento Operário, produto da dita revolução industrial, surge exactamente da necessidade da classe trabalhadora em reclamar os seus direitos face à realidade social miserável em que se encontrava, com salários inaceitáveis e vivendo em condições insalubres nos bairros operários. À medida que estas massas operárias se vão tornando cada vez mais conscientes e reivindicativas, ao longo do século XX, os governos vão compreendendo que a melhor estratégia é satisfazer parte das suas necessidades para evitar a revolta de multidões *sem nada a perder*. Segundo este raciocínio, na Europa, o Estado assume-se, progressivamente, como regulador por excelência dos mecanismos de mercado que regem a questão da Habitação, até porque a indústria de construção de alojamento pratica preços apenas acessíveis à média e alta burguesia (BAPTISTA, 1999:12-8).

Esta questão passa a ser, gradualmente, encarada como um *bem social indiscutível*, como um direito, cuja ascensão permite a constituição de um campo social em torno

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

da luta pela sua garantia: o campo da habitação social, “*um campo relativamente autónomo*” movido por “*relações de força e de lutas, no qual administrativamente se produz a política de habitação e assente num mercado burocraticamente construído e controlado*” (BOURDIEU e CHRISTIN in BAPTISTA, 1999:17).

Tal noção é fulcral para compreender como se têm organizado socialmente os espaços residenciais, visto que a busca de solução para o problema da habitação, por parte do Estado, é feita com um duplo objectivo. Em primeiro lugar, evitar os custos políticos de uma revolta social e, em segundo, “*dispor socialmente as populações graças à classificação e selecção das áreas de habitação*” (FLAMAND in BAPTISTA, 1999:17) que são distribuídas discriminadamente pelos grupos sociais. Gerando-se, assim, uma hierarquização das zonas urbanas que corresponde à hierarquia socioeconómica. Esta hierarquização espoleta os processos de ghetização, estigmatização, exclusão social e segregação territorial que se desencadeiam na generalidade dos *bairros sociais*. A cidade é assim um lugar de desigualdades onde as classes mais desfavorecidas se vêm limitadas no que toca à apropriação do espaço.

Quanto ao caso português, segundo Sousa Santos, a revolução de 1974 ocorreu num período em que a sociedade e o estado já se encontravam em crise, passando-se de uma crise do Estado entrou-se numa crise revolucionária que durou até 25 Novembro de 1975. O 25 de Abril não originou o “*colapso do Estado*”, apenas o “*colapso do regime*” (SANTOS, 1984:17), anulando o seu carácter fascista, mas mantendo a administração pública intacta em termos de estruturas e processos. As políticas sociais também não tiveram grandes alterações, assim como o sistema penitenciário e as forças policiais e militarizadas. Desta forma, o regime democrático baseou-se num Estado Dual: com as práticas, estruturas e ideologias administrativas tradicionais autoritárias mantidas quase intactas, acompanhando as importantes transformações institucionais que implicavam um papel mais activo do estado “*no processo de acumulação e na direcção global da economia*” (SANTOS, 1984:22). Esta situação explica a coexistência institucional de estruturas de apoio do regime fascista, como o Fundo Fomento da Habitação com as iniciativas nascidas no processo revolucionário

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

que dão corpo ao SAAL, assim como a difícil coordenação deste organismo inovador com os órgãos de poder local ainda imbuídos dos antigos processos do regime autoritário. A revolução mais profunda deu-se efectivamente na sociedade civil e não na estrutura orgânica do Estado nem no modelo de organização económica.

Da nossa revolução emergiu um abrangente e heterogéneo movimento social popular e que Boaventura Sousa Santos considera “*sem dúvida*” como “*o mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra.*” (SANTOS, 1984:18). A abrangência deste fenómeno social está tanto na sua composição de classe dominada pelo operariado urbano, pela pequena burguesia assalariada e pelo operariado rural do Alentejo, como nas dimensões sociais que focou: “*a administração local, a habitação urbana, a gestão das empresas, a educação, a cultura e os novos modos de vida, a reforma agrária, as relações de dominação e subordinação nos campos, etc., etc.*” (SANTOS, 1984).

No que respeita à habitação urbana, as movimentações populares são inicialmente organizadas por Comissões de Moradores e outras colectividades intituladas “Organizações (ou Órgãos) Populares de Base” pelo Documento Guia do Projecto Aliança Povo-MFA em 1975. O regulamento da constituição destes órgãos e respectiva personalidade jurídica foram atribuídos às Associações de Moradores a 7 de Novembro¹ de 1974. No mesmo ano foram criados regulamentos das Cooperativas de Habitação². Na constituição de 1976, as Assembleias de Moradores e as Comissões de Moradores são reconhecidas como Organizações Populares de Base Territorial³, cujo objectivo seria o “*incentivo à participação activa das populações na administração local*”⁴, sendo a sua área territorial de acção definida pela Assembleia de Freguesia,

¹ Decreto-lei 594/74 de 7 de Novembro

² Decretos 730/74 e 737-A/74

³ artigos 263, 264, 265

⁴ Constituição da República Portuguesa de 1976

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

à qual os representantes das associações podiam assistir embora sem direito de voto.

O SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local, iniciado a 4 de Agosto de 1974 pelo Fundo Fomento da Habitação, programa em que se inseriu, entre muitos outros, o projecto da Bouça, tinha como objectivo principal a reabilitação das áreas degradadas e seguia padrões de acção totalmente novos, colocando a participação das populações em primeiro plano. Este instrumento foi lançado por Nuno Portas, enquanto Secretário de Estado da Habitação, ainda numa lógica de legalidade revolucionária, justamente para dar resposta à mobilização dos moradores em habitação degradada.

Concordando com a visão de Rodrigues sobre o poder dos órgãos de base popular do Porto, Matias (1982:29) diz-nos que nesta cidade as lutas urbanas chegaram a criar “situações de acentuado confronto institucional” e a assumir “formas de organização sócio-urbanística, em certa medida mais estruturadas que no caso de Lisboa”. Comparativamente a Setúbal, onde a partidização é sentida de forma bastante negativa, com consequências no relacionamento entre os líderes locais e a base social com efeito fortemente desmobilizador, no caso da Bouça esta interferência não assume expressão significativa (FARIA, 2009:136).

Entre Abril e Junho de 1974, criou-se o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, uma estrutura de união das associações de moradores, constituída por dois representantes de cada associação e com um secretariado permanente de seis membros que funcionava como um verdadeiro órgão de coordenação. Mais tarde, este conselho divide-se e posteriormente volta a unir-se como União das Associações de Moradores do Porto.

Através da reivindicação e da participação activa nas áreas de responsabilidade do poder local, como o desbloqueamento de terrenos e a fiscalização do arrendamento ilegal, os órgãos populares alcançaram poder efectivo a nível local. A 28 de Maio, após as grandiosas manifestações de 17 de Maio de 74, em Lisboa e no Porto, em que as colectividades da invicta exigem uma administração autárquica acima dos

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

conflitos partidários, é instituída a administração militar da Câmara Municipal. A cooperação entre as colectividades de populares e esta administração resultou na criação do Conselho Municipal em 4 de Julho de 1975, havendo uma “*real partilha do poder*”, sem a “*infiltração das estruturas populares no aparelho autárquico*” (RODRIGUES, 1999:78). No entanto, o Conselho Municipal teve um período de vida muito curto, assim como a administração militar da Câmara.

As mobilizações começaram nos bairros camarários, pois os seus habitantes eram pessoas do centro urbano, a maioria proveniente de *Ilhas*⁵, que haviam sido destituídas do seu direito ao local. A revolta agravava-se pela existência de um regulamento nestes bairros, que incluía a cláusula de que os ocupantes dos fogos podiam ser desalojados se, se tornassem indignos do direito concedido. Debaixo do regime fascista a Câmara Municipal foi autorizada a criar redes de informantes que vigiavam o comportamento quotidiano dos moradores, atribuindo penas, desde coimas a despejos passando pela transferência de bairro. Portanto, as primeiras mobilizações de grupos de vizinhos nasceram nestes meios, onde o direito à habitação era seriamente posto em causa, tendo a primeira manifestação sido feita no Bairro da Pasteleira, em Novembro de 1973 e a primeira Comissão de Moradores foi formada em 30 de Abril de 1974 no Bairro São João de Deus.

Entre as manifestações e ocupações efectuadas na cidade invicta no período revolucionário, regista-se a ocupação das instalações do Ministério da Justiça, na Rua da Bouça, realizada pelos moradores da Bouça, e salienta-se a invasão da Câmara do Porto pelo conjunto das colectividades da cidade, em 30 de Novembro de 74. Tal como Fátima Matos, também Rodrigues (RODRIGUES, 1999:87) relata este

⁵ Existem dois tipos de Ilhas: o primeiro tem a forma de um corredor estreito, com cerca de 10 casas de um dos lados. O segundo é uma área mais ampla, com casas de ambos os lados e um pátio ao centro. A maioria das casas tem um único piso e a área das habitações é de 15m². A principal carência era o saneamento básico, faltando em muitos casos água potável e por vezes electricidade.

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

acontecimento, considerando-o um marco histórico, pois constituiu o primeiro confronto directo com a administração municipal.

A viragem política anunciada com a tomada de posse do VI Governo Provisório, no dia 15 de Setembro de 1974, pondo fim ao ministério de Vasco Gonçalves, consolida-se com o 25 de Novembro. Ainda que numa primeira fase, os populares tenham resistido, avivando a necessidade da sua união e luta colectiva, gradualmente começa a sentir-se uma desmobilização devido à crescente fragilidade das suas associações e muitos consideraram preferível um recuo estratégico dos objectivos. Nesta viragem da sorte das organizações de moradores teve grande importância o fim do Serviço de Apoio Ambulatório Local, em 1976, com o I Governo Constitucional. Em seguida, o bloco no poder forçou o movimento associativo a seguir a via do cooperativismo, ao impedir legalmente as associações de ter acesso ao crédito necessário à construção, em 1979/80. Foi nesta malha que se viu envolvida a AMB, para quem a conclusão da sua obra interrompida foi sempre uma preocupação primordial.

Abordagem ao objecto de estudo

Na dimensão de análise relativa às dinâmicas intra-grupais, a primeira questão foi perceber *como se caracterizou a vivência pelos moradores da Bouça do fenómeno (o problema habitacional) e do contexto (a luta pelo direito à habitação) que deram origem à associação*. A segunda questão dentro do mesmo tópico, foi compreender *por que processos se constituiu a situação de desunião e marasmo que a AMB começou a viver após a interrupção*.

No que respeita à mudança do quadro institucional, via que permitiu a tão esperada conclusão da obra, observou-se em primeiro lugar *a posição pessoal dos moradores face à criação da Cooperativa das Águas Férreas* e, em segundo lugar, analisaram-se *as perspectivas de futuro dos moradores*.

Comunicação: História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada

Metodologia

Dadas as características do objecto de estudo, optou-se por uma abordagem metodológica de tipo qualitativo. Tratando-se de um estudo de caso, não se pretende aqui extrapolar resultados para populações mais extensas, mas sim compreender as dinâmicas sociais em profundidade, podendo apenas avaliar a sua relação com premissas teóricas. Como técnicas de suporte empírico utilizaram-se a análise documental, a observação participante, o Inquérito por questionário e por entrevista.

A recolha documental foi desenvolvida na associação, na cooperativa, no arquivo existente do Programa SAAL e também nas fontes de legislação.

A observação participante foi realizada nas reuniões da assembleia de moradores e nas cerimónias efectuadas (reuniões de angariação de sócios, abertura do andar modelo, inauguração). Fez-se também observação na obra, em parte no papel de entrevistadora, em parte no papel de nova sócia.

O inquérito por questionário teve como objectivo a caracterização sócio-económica da população. Para uma população de 56 indivíduos considerou-se a amostra de 39 moradores como suficientemente representativa da comunidade, tratando-se de uma percentagem de 70 %. O questionário foi respondido por apenas um membro da família, ao qual se pedia também informação sobre os restantes elementos da mesma.

Quanto ao inquérito por entrevista, recorreu-se ao tipo semi-aberto, por se entender que era necessário dar liberdade aos entrevistados mas, ao mesmo tempo, garantir a focalização do discurso nos temas em análise. O inquérito organizou-se em torno das quatro questões-chave definidas na abordagem ao objecto de estudo.

Optou-se pela técnica da análise de conteúdo que enquanto análise estrutural do discurso, permite apreender a dupla dimensão da prática discursiva, atentando tanto na expressão de vivências como nos mecanismos de produção de sentido inerentes à construção do discurso.

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

De acordo com as questões-chave em inquérito, procedeu-se ao isolamento dos temas presentes no discurso de cada entrevistado, recortando e reorganizando o discurso em torno de categorias descritivas retiradas do material empírico.

Entre Abril e Maio de 2006, foram entrevistados o Presidente da Assembleia Geral da Associação, o Presidente da Direcção da Associação, 1 ex-dirigente da AMB não morador do bairro, o Presidente da Cooperativa das Águas Férreas e 8 habitantes da urbanização.

Dos moradores entrevistados, três eram homens e cinco mulheres, situados numa faixa etária entre os 30 e os 70 anos de idade.

A escolha dos moradores a entrevistar guiou-se por dois objectivos centrais:

1º: garantir a maior diversidade possível quanto às características pessoais e aos percursos na Associação, sem prejuízo do respeito pela exigência de se tratarem sempre de pessoas experientes, com 20 ou mais anos de residência na Bouça. Assim, um dos entrevistados foi ex-dirigente da AMB, dois foram sócios fundadores, tendo um destes sustentado um processo judicial contra a direcção; dois não foram contemplados na atribuição inicial de casas.

2º: o cumprimento de uma condição considerada importante: que os entrevistados fossem tidos como *líderes de opinião*. Para o garantir, foram feitas várias conversas exploratórias com moradores e consultados os membros da direcção da AMB e da Cooperativa Águas Férreas.

Dos resultados à Análise

Para proceder à análise da evolução histórica da comunidade, considerou-se elementar conhecer a estrutura demográfica, a estrutura social e a origem geográfica da população, informação obtida no inquérito por questionário.

A estrutura demográfica é a seguinte: 27 mulheres (69%) e 12 homens (31%), a faixa etária maioritária é a de 51 a 55 anos, 21% das famílias são do tipo nuclear (casal e um filho).

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

Quanto à estrutura social, podemos classificar a maioria dos inquiridos, genericamente, como pertencente às classes trabalhadoras. Das quais, já eram originários, não tendo a maior parte deles passado por processos significativos de mobilidade social (pais dos inquiridos: maioria - operários (16) e domésticas (13)).

No que toca à origem geográfica: 74% (29) dos inquiridos viviam na zona da Bouça em más condições de habitação, sendo que 51% (20) destes habitava em *Ilhas* e 23% (9) deles noutra tipo de construção.

De acordo com o seu objectivo principal, a análise focou com particular atenção os diversos momentos históricos marcantes na evolução social desta comunidade que a constituíram como realidade faseada. Assim, a 1ª fase é o início do projecto, que corresponde ao período revolucionário e à eclosão do movimento de moradores; a interrupção da obra em 1978 dá origem à 2ª fase que coincide com o enfraquecimento da acção colectiva e o arrefecimento do período revolucionário; em 2001, com o processo de conclusão da obra, inicia-se a 3ª fase que culmina em 2006, por último, a integração dos novos sócios e sua progressiva vinda para o bairro constitui uma 4ª fase que conta já com 3 anos de convivência.

Nas entrevistas aos moradores, a partir dos temas seleccionados no discurso dos entrevistados foi feita uma dupla análise: horizontal, orientada para explicitar convergências e divergências dos discursos; vertical, orientada para a explicitação da lógica do discurso. Os resultados da análise horizontal incorporam-se na análise temática de cada dimensão em estudo e do seu respectivo enquadramento histórico. Quanto à análise vertical, em suma, detectamos a existência de três grupos de entrevistados em função da lógica que estrutura os respectivos discursos:

a) os que relacionam inequivocamente a criação da AMB e o êxito da sua primeira década com o Pós-25 de Abril

b) os que sem deixarem de, uma vez por outra, fazer apelo à dimensão política, guiam os seus discursos por uma lógica mais imediatista/pragmática, em que a dimensão das condutas individuais dos sócios ganha especial relevo

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

c) o entrevistado que teve longa rixa jurídica com uma direcção da AMB (discurso baseado numa lógica de ressentimento). Tem, no entanto, uma clara consciência da dimensão política do processo associativo.

Focando a primeira fase do processo, a questão essencial foi perceber *como se caracterizou a vivência pelos moradores da Bouça do fenómeno (o problema habitacional) e do contexto (a luta pelo direito à habitação) que deram origem à associação*. Da análise horizontal das entrevistas, resultou que o problema habitacional está mais associado às memórias dolorosas das difíceis condições de vida passadas, enquanto, a luta pelo direito à habitação é recordada pela positiva, associada a um tempo inigualável, que deixa saudades e cria nostalgia.

O objectivo principal que motivou a fundação da associação foi a construção de casas para os sócios que habitavam as *Ilhas da Bouça*. Esta premissa não só consta dos Estatutos como está presente na percepção dos sócios. Na questão sobre a valorização do fenómeno que justifica a criação da AMB, todos os entrevistados elegem como razão principal as carências habitacionais: “*a Associação foi criada para tirar as pessoas das ilhas*” (Entrevistado nº6); “*foi a habitação degradada*” (Entrevistado nº4); “*As pessoas viviam em casas em muito mau estado, famílias numerosas (...) filhos a dormir ao lado dos pais*” (Entrevistado nº5); “*Os pais para se irem deitar tinham que passar por cima da cama dos filhos, os filhos tinham que passar por cima da cama dos pais! Inclusive, tinha que embrulhar colchões e atar com um cordel para à noite se desembrulhar e fazer camas.*” (Entrevistado nº 1), “*(...) as casas estavam destinadas a ir abaixo*” (Entrevistado nº7); “*queríamos uma casa condigna para viver*” (Entrevistado nº8); “*As condições de habitação eram supra-péssimas*” (Entrevistado nº1).

Para além de pretender realojar as pessoas – pretendia-se realojá-las no local, mantê-las o mais próximo possível da zona em que habitavam o – ideal seria recuperar ou destruir as *Ilhas* para aí mesmo fazer nova construção.

É incontornável a importância da época histórica em questão como *momento*

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

fundador, recordado como o «momento alto» desta comunidade, “*havia uma euforia de todos os residentes na zona*” (Entrevistado nº2); “*No início, sim, havia uma participação muito grande*” (Entrevistado nº4); “*Havia tanta unidade, tanta camaradagem, havia tanta união. (...) Portanto achava espectacular!*” (Entrevistado nº6); “*No princípio era um ambiente como se fosse uma família. (...) Foi muito lindo!*”.

O pós-25 de Abril foi, pois, uma fase de emergência do actor social propícia ao associativismo e a todas as formas de auto-organização popular. A Associação de Moradores da Bouça foi um reflexo do período histórico em que se criou e a sua evolução acompanhou a evolução dos tempos. Sem as condições criadas pelo processo revolucionário, provavelmente a Bouça que conhecemos hoje nunca teria existido, pois foi essa realidade histórica que proporcionou a explosão do Movimento de Moradores.

A ideologia revolucionária era partilhada pelos membros da associação cuja maioria era expressamente de esquerda, (quase) não existindo entre os sócios, naquela altura, simpatizantes da direita política. Garante o Testemunho nº1 que tais simpatias não eram bem-vindas à associação. Inclusive, os Estatutos da Associação contêm uma cláusula muito interessante, no que respeita à elegibilidade, que denota explicitamente o contexto histórico em que foram escritos – não podem ser eleitos como membros dos órgãos sociais da associação, indivíduos que tenham “*pertencido ou colaborado com as extintas PIDE/DGS, LP e UN/ANP*”. O comentário do Testemunho nº1 revela o desprezo sentido por tais organismos policiais do tempo da ditadura, diz-nos: “*não queríamos cá pessoas dessas!*”. Portanto, o espírito que se fomenta nesta associação é absolutamente democrático, antifascista e pró-popular, ou seja, os direitos e liberdades do povo são a sua base. No artigo quatro dos referidos estatutos define-se como um dos objectivos da associação a defesa dos interesses dos associados perante as autarquias, outros órgãos de governo e todas as entidades, “*políticas de esquerda, nós tínhamos, evidentemente, não podíamos ter outras! Nós éramos trabalhadores!*”(entrevistado nº1).

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

Por outro lado, garante o Testemunho nº1, a associação nunca teve qualquer vínculo com nenhum partido político em particular, tendo inclusive decidido nunca emprestar o salão da sua sede a partidos políticos, optando por não favorecer nenhum partido em detrimento de outros, evitando quer discussões no seio da associação, quer alianças e inimizades políticas no exterior. O carácter apartidário da associação é confirmado pelo Entrevistado nº 1 e pelo Testemunho nº2. Este último considera que esta foi a grande vantagem da associação, causa do seu sucesso e da sua longevidade. O mesmo entrevistado afirma que foi o Partido Comunista que mais tentou influenciar a associação, tendo falhado porque: *a associação “nasceu no meio mesmo...; fomos nós, as pessoas que moravam no meio, que avançaram com as coisas Quando os partidos vieram, já não tiveram hipótese, porque havia indivíduos que eram da UDP, indivíduos que eram da UCI, indivíduos que eram do PC, indivíduos que eram do PS...e (...) parece que havia um “auto-policiamento”, não havia, mas dava a impressão que nenhum deixava que um pusesse a pata em cima do outro.”*

Portanto, o contexto de origem da Urbanização da Bouça é desenhado pelas especificidades do Movimento de Moradores no Porto, marcado pela realidade sócio-urbanística das *Ilhas*, e pela sua inserção no Serviço de Apoio Ambulatório Local.

Das particularidades do Movimento de Moradores do Porto, destaca-se a proliferação de Comissões e Associações de Moradores que aqui existiam, já antes do 25 de Abril, pois as populações das *Ilhas* que tinham sido realojadas nos bairros dos subúrbios apercebiam-se que a mudança lhes havia trazido mais desvantagens que vantagens. O facto de as pessoas serem retiradas do seu local de pertença, interrompendo as relações de solidariedade entre vizinhos, é uma importante causa de descontentamento, salientada por quase todos os entrevistados, tanto moradores como dirigentes, como ilustra o entrevistado nº8, *“o pobrezinho não tinha direito a viver aqui no centro da cidade”*. Não fosse o direito ao local, uma das grandes reivindicações da população durante este período de luta associativa.

Depois dos bairros camarários, foi a vez das *Ilhas* que começaram a mobilizar-se nos

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

meses de Junho e Julho do ano do verão quente. A particular situação de segregação social vivida nestes meios provém da sua falta de visibilidade. Escondidas atrás de prédios e pela sua própria arquitectura, passavam despercebidas a quem passava na rua. A própria designação *Ilha* denota a situação de isolamento e diferenciação entre esta espécie de alojamento e o resto da cidade. O facto de grande parte delas se situar no centro do Porto não invalida a situação de segregação vivenciada a nível simbólico.

Quanto ao tipo arquitectónico, há que distinguir dois tipos de Ilhas: o primeiro tem a forma de um corredor estreito, com cerca de 10 casas de um dos lados. O segundo é uma área mais ampla, com casas de ambos os lados e um pátio ao centro.

Segundo os dados do município, a maioria das casas tinha um único piso e a área média das habitações era de 15 m². A principal carência era o saneamento básico, nalguns casos, faltando mesmo electricidade e água potável. Apesar das carências habitacionais, a grande proximidade entre vizinhos propiciava a partilha de um forte sentimento de comunidade que os moradores referem, saudosos da camaradagem e do tempo em que "os vizinhos defendiam muito uns aos outros".

Uma parte importante dos grupos de moradores incluía nas suas reivindicações o objectivo último de recuperação das *Ilhas* como elementos constituintes do tecido urbano, a par do desejo de integração social das populações que as habitavam. Neste período, a identidade popular valorizou-se e as massas afirmaram-se, exigindo todos os seus direitos. Dentro deste contexto surge a "*exteriorização da cidade escondida*" (TEIXEIRA, 1985:86) que os moradores das *Ilhas* efectuam ao dar visibilidade às suas condições de vida e ao afirmar estas comunidades como pertença da cidade, produto desta, que não pode ser ignorado, nem tão pouco necessita ter uma imagem negativa, podendo ser recuperado. É aquilo a que Manuel Correia Teixeira chama de "*exteriorização do habitat operário na própria estrutura da cidade*" (1985:86).

Na zona da Bouça, área compreendida entre, a Rua da Constituição, a norte; a Rua da Boavista, a sul; a Rua do Monte Cativo, a Rua do Melo e a Rua das Águas Férreas, a

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

este; e, a oeste, a Rua de Serpa Pinto, o Largo da Ramada Alta e a Rua Barão de Forrester - existiam cerca de 109 *ilhas*.

Em 2006, a estimativa da Câmara Municipal é de que ainda existiam cerca de 5.000 casas de Ilha no concelho do Porto.

Numa segunda fase histórica estruturante das dinâmicas intragrupoais, procuramos saber *por que processos se gerou a situação de desunião e marasmo que a AMB começou a viver após a interrupção da construção, em 1978*, constatando, com base na análise horizontal das entrevistas, razões para a criação de desconfiança no seio da associação e a influência da consecução do objectivo inicial na diluição da acção colectiva. Por outro lado, este decréscimo do interesse e da participação dos moradores nas actividades da associação coincidiu com o arrefecimento do período revolucionário, sendo assim reflexo da evolução histórico-política que implicou o cessar dos apoios públicos às Associações de Moradores.

De facto, um dos motivos apontados pelos entrevistados como causa do afastamento dos sócios e da conseqüente situação de marasmo no seio da associação foi exactamente a frustração dos sócios pela suspensão do projecto: *“Houve um desalento, houve uma desmobilização dos sócios, porque viram que a obra que chegou ali e estagnou. Foi dado conhecimento disso às pessoas que não conseguíamos, porque não conseguíamos desbloquear a parte financeira.”* (Entrevistado nº 2).

A participação e o envolvimento dos sócios nas actividades associativas e no andamento do projecto habitacional tiveram uma quebra acentuada após a conclusão da primeira fase e a tomada de conhecimento que a segunda não tinha sido aprovada. Nos primeiros tempos havia muita participação, com reuniões quase mensais da assembleia, pois havia muitas questões a tratar, e, quando se faziam espectáculos ou festas, o salão enchia-se de gente. Depois da interrupção houve uma grande desmotivação, ainda há 10 anos atrás, os sócios *“estavam parados”* e *“as coisas estavam perdidas!”* (Testemunho nº 1). Actualmente, há alguma

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

movimentação, segundo o Testemunho nº1, “*porque*” os sócios “*sabem que vão ter que dar o dinheiro, não é?*”. Com esta afirmação, o Testemunho nº1 vem sugerir que as mudanças de atitude associativa estão associadas ao factor económico. Em seguida, ele associa a quebra de participação dos sócios após a primeira fase com o facto de alguns já terem conseguido a casa: “*Quando tínhamos que ir, havia união... Isso... (risos fortes) O que se calhar hoje já não há. Porque entretanto, as pessoas têm casa e dantes não tinham (muitos risos)*”. Portanto, o Testemunho nº1 acredita que a luta pela habitação uniu as pessoas e fê-las cooperar, mas considera que assim que a necessidade básica se viu satisfeita, a maioria dos sócios se virou para o seu mundo privado. Apontando como factor explicativo dos processos de desunião a consecução do objectivo principal, o dirigente vai de encontro à opinião expressa por três dos moradores entrevistados: “*depois começou a haver um distanciamento, porque o nível de vida destas pessoas começou a melhorar e se calhar acharam que já parecia mal frequentar uma Associação de Moradores*” (Entrevistado nº 2); “*No meu ver, quiseram as casas e agora não querem saber e eu acho isso mal. ... mas aqui ainda censuram as pessoas que fazem*” (Entrevistado nº 3); “*Entretanto as pessoas que tiveram sorte de vir para as casas, acho que essas pessoas começaram a desligar um bocado da Associação: “Oh! Já tenho casa, então, agora não estou para me chatear!”* (Entrevistado nº 5); “*mas depois o povo começou-se a desinteressar, viu que já tinham casas feitas...*”; (Entrevistado nº 8).

Entre outros contenciosos menores, na década de 80, uma Direcção fez uso de dinheiro destinado a amortizar a dívida ao INH em obras no infantário da associação, resultando daí graves problemas de desconfiança e desunião que se vinham a desenhar no seio da associação desde a interrupção da construção das casas, debilitando a sua acção. Estes problemas ainda hoje se sentem no ar, na relação entre a direcção e alguns dos sócios, sendo inclusive do conhecimento do Testemunho nº4⁶ que só recentemente começou a conviver com esta associação.

⁶ Elemento da Direcção da Cooperativa das Águas Férreas, da Cooperativa Ceta e da FENACHE

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

Assim, o término do período revolucionário é identificado com o arrefecimento da força popular e por conseguinte das associações, em favor dum fortalecimento dos poderes públicos, nomeadamente das câmaras municipais no que toca à construção de habitação pública. A própria interrupção da construção é justificada com recurso à explicação da evolução da situação política do país: *“Depois, íamos continuar a segunda fase... Porque acha que demorou tanto tempo? Isto foi na década de 80 e na década de 80 a roda começa a funcionar ao contrário, não é? Começa-se a criar muitas leis de entrave a isto, o SAAL é extinto. As relações com o poder central foram más, sempre más, tudo que se sacou ao Governo foi à força, aliás, sempre (...) Governo de Cavaco (...) muitas leis para acabar com estas situações e conseguiu, não é? Para acabar com as Associações de Moradores praticamente. Quando uma Associação de Moradores se transforma em Cooperativa é uma modificação tremenda! Deixa de haver empréstimos a fundo perdido ou a juro baixo!”* (Entrevistado nº 1); *“A obra foi interrompida porque o Governo depois cortou o acesso às Associações (...) vão tirando o poder ao popular”* (Entrevistado nº 8).

O moroso processo de conclusão da obra remonta a 1999, quando, tendo já como horizonte as directivas do Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura, relativas à reabilitação urbana, se iniciaram negociações entre a Câmara Municipal e a FENACHE - Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica. Tal diálogo resultou na criação de uma cooperativa nova mas com bases sólidas para gerir a (re)construção deste empreendimento tão particular. Em 2001, as cooperativas de habitação Ceta e Sete Bicas (cujos presidentes integram a direcção da FENACHE) aliaram-se à AMB e aos seus sócios, formando a Cooperativa das Águas Férreas com a inclusão de novos sócios individuais a quem foram vendidas as novas casas.

A inauguração da obra em data simbólica, marcando a conclusão de um projecto com mais de três décadas, primou pela presença de Nuno Portas, mentor do programa SAAL e do arquitecto Siza Vieira, autor do projecto. A intervenção de um dos dirigentes da associação foi particularmente comovente: com lágrimas nos olhos

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

afirmou "hoje é um dia muito feliz, porque isto começou tudo com o 25 de Abril e acaba no 25 de Abril".

Nesta fase, a percepção dos moradores da Bouça sobre a deslocação da acção cívica popular para a acção concertada entre a direcção da associação, o município e o sector cooperativo, que a conclusão da obra implicou, foi o principal foco da nossa atenção. Tal análise suscitou-nos questões quanto à concepção do cooperativismo em si por parte dos Moradores da Bouça, que nos fizeram apurar a relação histórica entre o Movimento de Moradores e o Movimento Cooperativo no sector da habitação.

Da concepção dos primeiros sócios sobre a criação desta cooperativa e sobre o movimento cooperativo em geral, pudemos apurar a partilha de uma noção algo pejorativa do Cooperativismo, como movimento alheio ao meio popular, mais ligado ao sector empresarial. Expressa-se a ideia de que as cooperativas se tratam de órgãos menos genuínos, comparativamente às associações. A justificação para tal concepção é a experiência histórica do grupo, na qual a criação da Águas Férreas vista como 'um mal menor', 'a solução possível'. A avaliação da actividade da cooperativa é positiva, "até agora", ou seja, alguns dos moradores têm uma atitude de desconfiança latente, de certa forma, já estão preparados para ser desiludidos.

Ora, entre cooperativas e associações de moradores existe uma diferença orgânica: uma cooperativa 'tem de ser uma empresa' (como afirma o testemunho nº4) enquanto as associações de moradores são órgãos populares sem quadros nem vencimentos.

Apesar da origem histórica comum dos dois movimentos, a relação entre a queda do associativismo e o apoio estatal ao sector cooperativo não consegue escapar a uma lógica de causa-efeito. Após a viragem política, no início dos anos 80, o governo anulou o financiamento para construção de habitação pelas associações e aconselhou-as a transformarem-se em cooperativas para poderem construir. A opção de favorecer as cooperativas de habitação em detrimento das associações está de acordo com a lógica neo-liberal, segundo a qual os órgãos populares de base eram elementos não produtivos que urgia eliminar para bem da economia.

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

É caso para nos questionarmos ‘Até que ponto esta transformação está relacionada com a evolução histórico-política do país?’

A viragem política, não se fez sentir apenas nas directivas do poder central mas também nas atribuições do poder local, que começaram a alargar-se, dando menor campo de acção às entidades populares. O fomento da participação cívica activa foi posto de parte em prol da organização e execução estatizada e tendencialmente mista da política de habitação. Já não havia lugar para as associações de moradores (ocupavam o campo de poder dos órgãos locais), porém as cooperativas, dado o seu carácter misto, puderam prosseguir. Daí que Nuno Portas fale numa *"certa passagem de testemunho"* entre as associações e as cooperativas. Esta passagem é vista pelos moradores como um desvirtuamento politicamente dirigido que coincidiu com a viragem dos governos a uma era mais liberal, passando a representá-la simbolicamente.

Por último, na investigação em causa, focaram-se as perspectivas dos moradores da Bouça quanto ao futuro da urbanização, com a integração dos novos sócios, maioritariamente de classe média.

Constatando-se que em relação à urbanização em si, o desejo geral é de que a nova colectividade viva em harmonia, fazendo uma boa gestão e manutenção do espaço, há também alguma esperança de que a AMB seja reactivada com a nova realidade, tendo como objecto a urbanização e, contando, possivelmente, com a colaboração dos novos vizinhos.

A maioria dos entrevistados antevê o fim da associação manifestando, mais ou menos, pesar, afirmando dois deles ter esperança que tal não aconteça. Relativamente à cooperativa, os moradores têm esperança que continue a funcionar bem mas, ao mesmo tempo, alguns deles manifestam uma certa desconfiança.

A vinda dos novos sócios é geradora de expectativas na comunidade original, que expressa ideias algo contraditórias e ambíguas quanto a esta mudança. Pode concluir-se que a origem social dos novos moradores (classes médias) gera alguma

Comunicação: História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada

tensão aos primeiros, que fugindo a um certo sentimento de inferioridade socialmente inculcado, procuram desvalorizar a distinção cultural que os novos sócios ostentam.

Num quadro geral, este estudo aponta para a imbricação da história da associação e da urbanização da Bouça nos contextos histórico-políticos que as foram enquadrando, facto amplamente documentado pelos informantes e entrevistados.

Hoje, três anos corridos sobre a conclusão da obra, com quase todas as novas casas habitadas, a comunidade da Bouça vê-se alargada em número, mas não tanto, em convivência, como se ao mesmo tempo, se tivesse dispersado em forma.

As condições arquitectónicas do projecto propiciam maior contacto entre vizinhos, comparativamente ao prédio convencional, dada a abundância de espaços comuns e a existência de espaços de comunicação entre espaço de casa e espaço de rua, tão própria aos meios populares. Espaços esses, amplamente utilizados pelos moradores, especialmente pelas crianças, mas também pelos adultos nos tempos livres, sobretudo pelos primeiros sócios, dada a condição de reformados de grande parte deles.

Contudo, não se pode afirmar que esse contacto sirva de base para uma efectiva partilha. A convivência na comunidade alargada da Bouça é pois, pacífica mas (talvez, ainda) pouco profunda, ao formato dos contactos esporádicos, próprios à contemporaneidade.

A AMB permanece activa na sede da Associação, na Rua da Bouça, com o café e algumas actividades culturais esporádicas, mas sem o envolvimento da grande maioria dos moradores. Actualmente, a única actividade dinamizada no bairro é a organização da festa de S. João pelos moradores, na qual participam maioritariamente os primeiros sócios.

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

Conclusão

Podemos dizer que na história da Bouça se encontra com frequência a história do país, como se de um microcosmos reflector se tratasse. A história da Bouça continua e continuará a escrever-se, tendo como cenário o alargamento da comunidade que implica um novo conjunto de vivências e processos intragrúpicos e a mudança do quadro institucional, no qual a AMB cede o protagonismo à Cooperativa das Águas Férreas.

Para Jean Remy, só através duma perspectiva de *longa duração*, pode, o sociólogo dedicar-se à descoberta *ex-post* das lógicas sociais (intencionais e objectivas), nomeadamente, no âmbito da mudança social, um dos capítulos fundadores da sociologia, urge a compreensão da engenharia do social no passado e no presente. Para tal, exige-se a combinação dos métodos e perspectivas da história com as ferramentas analíticas da sociologia, duas disciplinas que se relacionam de forma complementar.

Este pequeno estudo de caso, no âmbito dos movimentos sociais urbanos, partilha da visão englobante do *movimento longo* de Remy, capaz de dar conta da implicação do actor nas tendências temporais do sistema, permitindo distinguir a acção dos agentes que introduzem efeitos de curto prazo e a inércia das estruturas que estabilizam por longos períodos a sua relação de força (1989:144, in FARIA, 2009).

XXIX Encontro da APHES, Memória Social, Patrimónios e Identidades, Universidade do Porto, 13 e 14 de Novembro de 2009

Comunicação: *História da Urbanização da Bouça – da acção cívica popular para a acção concertada*

Bibliografia:

BAPTISTA, Luís V. – **Cidade e Habitação Social**. 1ª ed. Oeiras: Celta, 1999. ISBN: 972-774-044-8

FARIA, Carlos Vieira de - **As Cidades na Cidade, Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal 66-95**, Lisboa, 2009

FERREIRA, Vítor Matias – Os Movimentos Urbanos e o SAAL: a ambiguidade e os equívocos. A Ideia. Nº 24, 1982

FIGUEIRA, Eliseu – **A constituição e o direito de habitação**. Lisboa: Diabrial, 1977

MATOS, Fátima Loureiro de – **A Habitação no Grande Porto – Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio**. Porto: FLUP, 2001, Dissertação de Doutoramento (disponível em <http://ler.lettras.up.pt>)

RODRIGUES, Maria – **Pelo Direito à Cidade, O Movimento de Moradores no Porto 74-76**. 1ª ed. Porto: Campo das Letras – Editores, S.A., 1999, ISBN 972-610-124-7

SANTOS, Boaventura de Sousa – A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984). Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 14, Novembro de 1984

TEIXEIRA, Manuel Correia – **Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das Ilhas na cidade do Porto**. Porto: Sociedade e Território, Afrontamento, 1985